

STJ00085344

FABIO TRUBILHANO
ANTONIO HENRIQUES



LINGUAGEM JURÍDICA E ARGUMENTAÇÃO

Teoria e Prática

SÃO PAULO
EDITORA ATLAS S.A. – 2010

© 2010 by Editora Atlas S.A.



Capa: Leandro Guerra

Composição: Lino-Jato Editoração Gráfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Trubilhano, Fabio

Linguagem jurídica e argumentação : teoria e prática / Fabio Trubilhano, Antonio Henriques. -- São Paulo : Atlas, 2010.

Bibliografia.

ISBN 978-85-224-6002-1

1. Argumentação 2. Direito – Linguagem I. Henriques, Antonio. II. Título.

10-05240

CDD-340.113.1

Índice para catálogo sistemático:

1. Linguagem jurídica e argumentação 340.113.1

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

Impresso no Brasil/Printed in Brazil



Editora Atlas S.A.
 Rua Conselheiro Nébias, 1384 (Campos Elísios)
 01203-904 São Paulo (SP)
 Tel.: (0_ _11) 3357-9144 (PABX)
 www.EditoraAtlas.com.br

545 891670

340.113
T 865h

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA BIBLIOTECA M. OSCAR SARAIVA	
N.º	DATA
89 16 70	24/01/2011

Sumário

À guisa de prefácio, xiii

Parte I – Pressupostos da Comunicação, 1

1 Língua e linguagem, 3

- 1.1 Língua (*langue*), 3
- 1.2 Linguagem (*parole*), 4
- 1.3 Formas de linguagem, 5
 - 1.3.1 Linguagem falada (fala), 6
 - 1.3.2 Linguagem escrita, 6
 - 1.3.3 Linguagem corporal, 7
 - 1.3.3.1 A linguagem do rosto, 7
 - 1.3.3.2 A linguagem gestual, 9
 - 1.3.3.3 A linguagem do vestuário, 10
- 1.4 Níveis de linguagem, 10
 - 1.4.1 Nível culto (variante padrão), 10
 - 1.4.2 Nível familiar (variante usual), 11
 - 1.4.3 Nível popular (variante do povo), 11
- 1.5 Denotação – conotação, 13
 - 1.5.1 Denotação, 13
 - 1.5.2 Conotação, 13
- 1.6 Polissemia – homonímia, 17
 - 1.6.1 Polissemia, 17
 - 1.6.2 Homonímia, 17

1.7 Sinonímia – paronímia, 19

1.7.1 Sinonímia, 19

1.7.2 Paronímia, 20

1.8 Exercícios, 22

Parte II – Vocabulário Jurídico, 23**2 Características do vocabulário jurídico, 25**

2.1 Correção, 25

2.2 Conservadorismo, 29

2.3 Autoritarismo, 31

2.4 Denotação, 32

2.5 Clareza, 33

2.6 Ritualização, 33

2.7 Vícios de linguagem, 34

2.8 Escolha lexical, 38

2.9 Repertório vocabular jurídico, 50

2.10 O juridiquês, 69

2.10.1 Preliminares, 69

2.10.2 Considerações sobre o artigo da *Folha de S. Paulo* (5 abr. 1999, p. A2), 702.10.3 Considerações sobre o texto da *Folha de S. Paulo* (23 jan. 2005, p. A8), 712.10.4 Considerações sobre o artigo “Abaixo o juridiquês” publicado na revista *Língua portuguesa* (São Paulo, nº 2, 2005, p. 18), 73

2.11 Exercícios, 74

Parte III – Argumentação Jurídica, 77**3 Comunicação e discurso jurídico, 79**

3.1 Preliminares, 79

3.2 Comunicação – *modus operandi*, 79

3.3 Comunicação e argumentação, 80

3.4 Argumentação objetiva e subjetiva, 85

3.4.1 Argumentação objetiva, 85

3.4.2 Argumentação subjetiva, 85

3.4.2.1 *Éthos*, 853.4.2.2 *Páthos*, 86

3.5 Comunicação conflitual, 88

3.6 Figuras e argumentação, 89

3.6.1 Preliminares, 89

3.6.2 Figuras de escolha, 90

3.6.3 Figuras de presença, 91

3.6.4 Figuras de comunhão, 96

- 3.7 Comentários sobre um texto, 97
- 3.8 Brocardos jurídicos e argumentação, 99
 - 3.8.1 Preâmbulo, 99
 - 3.8.2 Brocardos e argumentação, 100
 - 3.8.3 Outros brocardos jurídicos transcritos de Silveira (1957, p. 106), 104
- 3.9 Estratégias argumentativas, 110
 - 3.9.1 Preliminar, 110
 - 3.9.2 Demonstração, 110
 - 3.9.3 Argumentação, 111
 - 3.9.4 Argumentos quase lógicos, 113
 - 3.9.5 Tipos de argumentos, 113
- 3.10 Falácias da argumentação, 119
- 3.11 Língua e argumentação, 121
- 3.12 Exercício, 123

Parte IV – A Gramática no Português Jurídico, 127

4 Observações gramaticais, 129

- 4.1 Preâmbulo, 129
- 4.2 Observações gramaticais, 129
 - 4.2.1 Onde – Aonde, 129
 - 4.2.2 Senão – Se não, 130
 - 4.2.3 Porque e variantes, 131
 - 4.2.4 Salvado – Salvo, 132
 - 4.2.5 Sob – sobre, 132
 - 4.2.6 Só, 133
 - 4.2.7 Junto – junto a (de) – juntada, 133
- 4.3 Evitando erros frequentes, 134
- 4.4 Numeração e estrutura dos artigos de lei, 144
- 4.5 Regência de alguns verbos jurídicos, 145
 - 4.5.1 Arquir, 145
 - 4.5.2 Arrazoar, 145
 - 4.5.3 Carecer, 146
 - 4.5.4 Herdar, 146
 - 4.5.5 Implicar, 146
 - 4.5.6 Obedecer, 147
 - 4.5.7 Obstar, 147
 - 4.5.8 Preferir, 148
 - 4.5.9 Responder, 149
 - 4.5.10 Retrotrair, 149
 - 4.5.11 Viger, 150

- 4.6 Uso do hífen, 150
 - 4.6.1 O hífen e o latim, 150
 - 4.6.2 Hífen e prefixos, 151
- 4.7 Reforma ortográfica: alguns casos de acentuação, 154
- 4.8 Prefixação e sufixação, 157
 - 4.8.1 Preliminar, 157
 - 4.8.2 Prefixos latinos, 157
 - 4.8.3 Prefixos gregos, 161
 - 4.8.4 Sufixos latinos, 164
 - 4.8.5 Sufixos gregos, 165
- 4.9 Expressões no vocabulário jurídico, 166
 - 4.9.1 Expressões latinas, 166
 - 4.9.2 Expressões vernáculas, 170
- 4.10 Repertório vocabular erudito, 172
- 4.11 Das abreviaturas e siglas no Direito, 176
- 4.12 Arcaísmos, neologismos e estrangeirismos, 188
- 4.13 Exercícios, 194

Parte V – Estruturação Frasal, 197

5 Elementos básicos da estrutura frasal, 199

- 5.1 Texto, 199
- 5.2 Contexto, 200
- 5.3 Intertexto, 200
 - 5.3.1 Paráfrase, 201
 - 5.3.2 Estilização, 202
 - 5.3.3 Paródia, 205
 - 5.3.4 Transcrição, 207
- 5.4 Coesão, 209
 - 5.4.1 Elementos de coesão, 210
- 5.5 Coerência, 214
- 5.6 Considerações finais sobre coesão e coerência, 216
- 5.7 Exercícios, 220

Parte VI – Prática da Linguagem Jurídica, 223

6 Discursos jurídicos, 225

- 6.1 Discursos extrajudiciais, 233
 - 6.1.1 Notificação extrajudicial, 233
 - 6.1.1.1 Estrutura da notificação extrajudicial, 234
 - 6.1.1.2 Exemplo de notificação extrajudicial, 237

- 6.1.1.3 Notificação extrajudicial por meio de advogado e por meio de cartório, 238
- 6.1.2 Requerimento extrajudicial, 238
 - 6.1.2.1 Estrutura do requerimento extrajudicial, 240
 - 6.1.2.2 Exemplo de requerimento extrajudicial, 245
- 6.1.3 Parecer jurídico, 245
 - 6.1.3.1 Parecer jurídico, parecer técnico e laudo pericial, 246
 - 6.1.3.2 Estrutura do parecer jurídico (consultivo), 247
 - 6.1.3.3 Exemplo de parecer jurídico (consultivo), 250
- 6.1.4 Ata, 252
 - 6.1.4.1 Ata de audiência, 252
 - 6.1.4.2 Estrutura da ata, 253
 - 6.1.4.3 Exemplo de Ata de Assembleia Extraordinária de Sociedade Limitada, 257
- 6.1.5 Procuração extrajudicial, 258
 - 6.1.5.1 Estrutura da procuração extrajudicial, 261
 - 6.1.5.2 Exemplo de procuração extrajudicial, 267
- 6.1.6 Substabelecimento extrajudicial, 267
 - 6.1.6.1 Estrutura do substabelecimento extrajudicial, 268
 - 6.1.6.2 Exemplo de substabelecimento extrajudicial, 270
- 6.2 Discursos judiciais, 270
 - 6.2.1 Nova numeração de processos: Número Único Nacional, 271
 - 6.2.2 Procuração judicial, 272
 - 6.2.2.1 Estrutura da procuração judicial, 273
 - 6.2.2.2 Exemplo de procuração judicial com finalidade especial, 278
 - 6.2.2.3 Exemplo de procuração judicial para o foro em geral, 278
 - 6.2.3 Substabelecimento judicial, 279
 - 6.2.3.1 Estrutura do substabelecimento de procuração judicial, 279
 - 6.2.3.2 Exemplo de substabelecimento judicial, 281
 - 6.2.3.3 Exemplo de substabelecimento judicial simplificado (em primeira pessoa), 281
 - 6.2.4 Requerimento judicial simples, 282
 - 6.2.4.1 Estrutura do requerimento judicial simples, 282
 - 6.2.4.2 Exemplo de requerimento judicial simples, 286
 - 6.2.4.3 Exemplo de requerimento judicial simples para juntada de substabelecimento, 287
 - 6.2.5 A construção do discurso na petição inicial, 287
 - 6.2.5.1 Crises jurídicas, 287
 - 6.2.5.2 O pedido, 288
 - 6.2.5.3 Argumentação e lógica, 289

6.2.6 Construção do discurso na contestação, 290

6.2.6.1 Argumentação e lógica, 290

6.2.6.2 O princípio da eventualidade, 292

6.2.7 Construção do discurso na sentença judicial, 293

6.2.7.1 Estrutura da sentença judicial, 293

6.2.7.2 Os fundamentos, 295

6.3 Exercícios, 295

Apêndice A – Expressões Jurídicas em Machado de Assis, 297

Apêndice B – Latinismos na Literatura Jurídica, 326

Bibliografia, 347